

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
4 de fevereiro de 2013

Ao quarto (4º) dia do mês de fevereiro de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas e 30 minutos, realizou-se a Trigesima Quinta Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETTE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES, e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Dando sequência, apresenta a pauta para discussão.

INFORMES – 1. Compensações referentes ao Rodoanel: O Secretário Executivo informa que há necessidade de atualizar e sistematizar as pendências relativas às compensações relacionadas à construção do Rodoanel, nos diferentes municípios. Delibera-se que a Secretaria Executiva deverá solicitar aos Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá as informações pertinentes, para a devida comunicação e providências junto à Dersa. O Presidente solicita ainda o levantamento atualizado de informações sobre a construção de novos piscinões, junto aos governos estadual e federal, bem como que sejam devidamente organizadas as informações relativas ao tema pela Diretoria de Programas e Projetos da entidade.

2. Credenciamento do Consórcio para programa federal de instalação de pluviômetros: Na sequência, o Secretário Executivo informa que o Consórcio foi credenciado para o projeto de instalação de pluviômetros em comunidades, anunciado pelo Cemaden (Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. O propósito da manifestação de interesse é melhorar o monitoramento já realizado pelo Cemaden para o Grande ABC, com a emissão de alertas de possíveis deslizamentos para as Defesas Cívicas e a equipe técnica do Consórcio. O dimensionamento do número de pluviômetros necessários será solicitado pela Diretoria de Programas e Projetos ao GT Defesa Civil, para complemento da informação enviada no credenciamento.

3. Emendas parlamentares ao orçamento estadual: Concluindo a seção de informes, o Secretário Executivo lembra que em novembro de 2012 foi enviada ao Consórcio um ofício registrando uma série de emendas ao Orçamento do Estado de interesse e alcance regional, propostas pelo Deputado José Bittencourt. O Presidente questiona se as emendas foram ou não incorporadas ao referido orçamento, incumbindo-se a Secretaria Executiva de realizar o devido levantamento.

4. Manifestações sobre as tarifas municipais do transporte coletivo: O Secretário Executivo entrega inicialmente aos Senhores Prefeitos os documentos protocolados em duas manifestações distintas junto ao Consórcio, onde se destacam as reivindicações de revogação do aumento de tarifas de ônibus e da realização de audiências públicas sobre o tema nas cidades do Grande ABC. O Secretário Executivo informa ainda a previsão de uma manifestação diante da sede do Consórcio. O Presidente Luiz Marinho reitera que o assunto é de decisão municipal, cabendo a cada governo a definição sobre os encaminhamentos pertinentes, com a concordância dos presentes. O Prefeito Donisete Braga informa sobre a realização de manifestações em Mauá, e levanta a importância da integração das tarifas na região no futuro. O Presidente acrescenta a relevância da integração de linhas e tarifas, buscando-se caminhar para a implantação de um bilhete único regional e/ou metropolitano, com a devida revisão de itinerários; nesse sentido, solicita que seja agendada reunião com o Secretário Estadual de Transportes Metropolitanos, Sr. Jurandir Fernandes, para o devido encaminhamento das discussões sobre a integração dos sistemas de transporte coletivo, junto ao governo estadual.

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC, SR. VALTER MOURA: O senhor Valter Moura é convidado a fazer sua exposição aos Srs. Prefeitos, invertendo-se a pauta originalmente prevista. Após uma saudação nominal a cada um dos prefeitos presentes, o presidente da Agencia de Desenvolvimento regional reitera o pedido de apoio financeiro ao Consórcio para a realização da Feira de Negócios do Grande ABC, programada para os dias 22, 23 e 24 de março de 2013. O pedido, conforme consta de ofício apresentado anteriormente à 33ª Assembleia, é de R\$ 300 mil (trezentos mil reais). O Presidente Luiz Marinho questiona sobre a captação de recursos junto a outras entidades, conforme havia sido demandado pela Assembleia de Prefeitos realizada em Setembro de 2012, sendo informado que até o momento havia resposta positiva apenas da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, com montantes de R\$ 50 mil, totalizando um valor de R\$ 100 mil captados. O Vice-presidente Lauro Michels pergunta sobre o orçamento total do evento, sendo informado que a estimativa era de R\$ 700 mil (setecentos mil reais), com subsídio para a montagem dos estandes das empresas. O Prefeito Donizete Braga questiona sobre o tempo de duração do evento, sendo reafirmado que o mesmo está previsto para três dias, no Pavilhão Vera Cruz, cedido pela Prefeitura de São Bernardo do Campo. O Presidente Luiz Marinho propõe que a contribuição do Consórcio seja feita na forma da antecipação de duas parcelas mensais já previstas no orçamento da entidade, além do reiterado apoio institucional para a captação de recursos junto aos órgãos e entidades pertinentes, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

PLANO REGIONAL DE MOBILIDADE - DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E ENCAMINHAMENTOS: Os senhores Antonio Luiz Mourão Santana e Marcos Bicalho, da Oficina Consultores, são chamados a fazer a apresentação do estágio atual de elaboração do Plano de Mobilidade Regional, contratado pelo Consórcio a partir de convenio firmado com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, através de síntese do diagnóstico em slides (anexo). O Presidente Luiz Marinho destaca a importância dessa apresentação para o conhecimento do novo

colegiado de prefeitos, informando que estavam presentes os secretários municipais responsáveis pela área de mobilidade em cada cidade. O Vice-presidente Lauro Michels ressalva que não está presente o secretário de Transportes de Diadema, e o Secretário Executivo do Consórcio informa que o convite foi devidamente transmitido por telefone e por correio eletrônico ao gabinete do referido secretário municipal. Iniciando sua apresentação, o Sr. Marcos Bicalho destaca que o Plano de Mobilidade da Região do Grande ABC visa propor ações regionais de mobilidade urbana que subsidiem políticas e projetos comuns ou integrados entre os municípios, abrangendo especialmente aspectos como: Reorganização das redes municipais e metropolitanas de transporte coletivo; Intervenções físicas em obras de ampliação da infraestrutura viária; Medidas gerenciais ou operacionais de gestão da circulação; Ações de fortalecimento dos órgãos gestores municipais.

Em relação ao primeiro tópico, o Sr. Bicalho ressalta a relevância de se caminhar no sentido da valorização do transporte coletivo e da integração dos sistemas de transportes na região, em termos físicos, operacionais e tarifários, tanto dos sistemas municipais quanto intermunicipais, ressalvadas as dificuldades encontradas no diálogo com o governo estadual. Passando ao tema seguinte, o Sr. Bicalho destaca a tendência de redução da velocidade média de tráfego na região, chamando a atenção para a necessidade de investimentos estruturantes. Nesse sentido, informa sobre a existência de 210 propostas de intervenções no sistema viário, devidamente mapeadas ao longo do desenvolvimento do Plano até o momento, e oriundas de propostas anteriores, nas escalas municipal e estadual, classificadas em obras relativas a novo viário, aumento da capacidade ou melhorias no viário existente. Deste conjunto, a consultoria considera que 81 obras mapeadas teriam abrangência regional, cabendo o aprofundamento da discussão, com a compatibilização de intervenções viárias ou a elaboração de novos projetos para solucionar determinados gargalos, como no triplice encontro de fronteiras entre Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, nas cercanias do Instituto Mauá de Tecnologia, no entroncamento entre Avenidas Lauro Gomes, Guido Aliberti, Estrada das Lágrimas e Avenida do Taboão, a título de exemplo.

Intervenções nas rodovias, como o complexo Anchieta/Imigrantes e a eventual ampliação/duplicação da Rodovia Índio Tibiriçá são colocadas em discussão, com apoio dos prefeitos presentes à necessidade de intervenção nessa via; o Presidente nota que uma intervenção estrutural se coloca como relevante tanto na perspectiva de municípios da própria região – como Santo André (em função da vila de Paranapiacaba), São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, mas também pelo benefício que poderá trazer para outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo, a exemplo de Suzano. Com relação à reestruturação do sistema de transportes, os consultores consideram ser fundamental a articulação com o Governo Estadual (EMTU e Secretaria dos Transportes Metropolitanos), no sentido do equacionamento de sobreposições de sistemas (municipais, intermunicipais), bem como a integração tarifária entre sistemas de alta capacidade, como metrô e trem.

Na sequência, o consultor apresentou outros temas que estão sendo tratados no Plano, como o levantamento da infraestrutura cicloviária (rotas, ciclofaixas e bicicletários), apresentando que, atualmente não há integração em âmbito regional

entre as ciclovias que estão sendo propostas e/ou executadas pelos municípios, mas que há ações importantes no sentido da promoção deste modal, como a existência de bicicletários próximos às estações de trem, em São Caetano, Santo André e Mauá, e o projeto de compartilhamento de bicicletas recentemente implantado em São Caetano do Sul. Com relação ao equacionamento da política de transportes de cargas, o Plano de Mobilidade deverá contemplar os seguintes itens: análise do zoneamento; Identificação de rotas estratégicas; e levantamento de medidas integradas de gestão e operação. Após a apresentação dos consultores, abriu-se o debate.

O Presidente Luiz Marinho questiona sobre a necessidade de se realizar pesquisas de dados primários, como uma pesquisa de Origem Destino Regional, ou contagens atualizadas, e os consultores responderam afirmativamente, acrescentando que estas pesquisas são necessárias para a realização de priorizações de intervenções e novos estudos para transporte coletivo. O Presidente apresenta então à Assembleia a proposta de se encaminhar ao Governo Federal um amplo conjunto de ações e investimentos estruturantes para a melhoria da mobilidade na Região, a partir de diálogo realizado com a Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizado na semana anterior em Brasília. Reitera que o projeto deve contemplar as necessidades de investimentos na região, e não se limitar pelas possibilidades ou pelos recursos disponíveis no momento. A proposta é aprovada por unanimidade, definindo-se que a consultoria encarregada do Plano de Mobilidade Regional e os secretários municipais responsáveis pela área de mobilidade deverão detalhar o referido projeto até a realização da próxima Assembleia, em 04 de março, para apreciação dos Prefeitos e posterior encaminhamento ao Governo Federal.

Após esta deliberação, o Presidente solicitou informação sobre a emenda proposta pelo então deputado federal José de Filippi ao Orçamento da União em 2012, para a execução de um projeto de sincronização semaforica na região. O Secretário Executivo informou que a referida emenda está cadastrada no sistema de convênios do governo federal e já há um termo de referencia para a contratação necessária, mas não houve resposta do Ministério das Cidades ao questionamento enviado pelo Consórcio sobre a liberação do recurso solicitado, no montante de R\$ 490 mil. O Presidente Luiz Marinho propõe então que o Consórcio encaminhe e execute com recursos próprios o referido projeto de sincronização semaforica regional, reservando-se o mesmo montante do orçamento da entidade, no total de R\$ 530 mil (já inclusa a contrapartida da entidade prevista no referido projeto), ao mesmo tempo em que se demande do governo federal uma resposta sobre a emenda parlamentar correspondente. A proposta é aprovada, determinando-se à Secretaria Executiva que seja aberto o processo de contratação para a execução do referido projeto.

O Presidente acrescenta ainda que além do projeto mencionado, que contempla a sincronização semaforica em pontos críticos já identificados preliminarmente pelo GT Mobilidade em 2012, é necessário um projeto de gestão compartilhada dos semáforos e dos principais eixos viários de interesse regional, através de uma central de operações de alcance regional, tema também debatido anteriormente pelo Consórcio. Sugere que a elaboração e implementação de um centro de monitoramento regional seja inclusa no pacote de pleitos a serem encaminhados à União, com aprovação dos demais prefeitos.

Retomando temas mencionados ao longo da reunião, o Presidente Luiz Marinho reitera a necessidade de agenda específica com o Secretário Estadual de Transportes Metropolitanos, senhor Jurandir Fernandes, para tratar da integração operacional e tarifária do sistema de transportes públicos de âmbito regional; consulta os demais prefeitos sobre a pertinência de se investir na proteção ao pedestre e solicita a redefinição, por parte do GT Mobilidade, de novas ações e investimentos regionais necessários à continuidade e ampliação do Programa Travessia Segura, em possível parceria com o município de São Paulo, dada a necessidade de comunicação mais extensiva no Grande ABC.

As propostas são também aprovadas por unanimidade, procedendo-se então à síntese dos encaminhamentos e deliberações definidas pela Assembleia: a) Os secretários municipais de Mobilidade e a consultoria já contratada para elaboração do Plano de Mobilidade Regional deverão trabalhar no detalhamento do plano de ações e investimentos necessários para a melhoria da mobilidade na Região, e o conteúdo dessa proposta deverá ser apresentado na próxima Assembleia, a ser realizada em março de 2013, para deliberação e posterior demanda de recursos ao governo federal; b) Além das necessidades de obras viárias, o plano acima citado deverá contemplar a realização de novas pesquisas primárias (como OD Regional, contagens de fluxos etc), a implantação de um Centro de Monitoramento Regional, bem como recursos para a elaboração de projetos funcionais voltados ao transporte coletivo (a exemplo da linha ABC Guarulhos ou da extensão da linha 18 do Metrô); c) A contratação imediata do projeto de sincronização semafórica em pontos críticos, com recursos próprios do Consórcio; d) A definição de novas ações e investimentos para a continuidade do Programa Travessia Segura, com a discussão de novo rateio caso necessário; e) A apresentação de propostas, na próxima Assembleia, relacionadas a um plano cicloviário regional, como a implantação de ciclofaixas de lazer e sistemas de aluguel de bicicletas.

PLANO PLURIANUAL REGIONAL – 2014/2017

Passando ao item final da pauta, o Presidente Luiz Marinho pondera sobre a necessidade de se atualizar o planejamento do Consórcio, tendo em vista que o Planejamento Estratégico aprovado em 2010 contempla um conjunto muito amplo de ações em cada um dos temas de atuação da entidade regional, considerando ser necessário que se definam grandes prioridades para o ano de 2013 e para os anos imediatamente posteriores. Nesse sentido, sugere que seja realizado um processo semelhante ao plano plurianual (PPA) que cada município terá que realizar para o quadriênio 2014/2017, ainda que o Consórcio não tenha essa obrigação legal, mas pela pertinência de se definir uma orientação clara das grandes diretrizes da política pública regional nesse período. O Vice Presidente Lauro Michels apoia a proposição, destacando a necessidade de um foco único para a política pública regional. O Prefeito Donisete Braga destaca a questão da saúde como prioritária em sua concepção. O Presidente aponta a importância de se ter o Consórcio operando na lógica da elaboração e execução de grandes projetos, de alto impacto regional; em relação aos possíveis temas prioritários, reitera considerar o tema Mobilidade como crítico no curto prazo, e acrescenta o tema da drenagem como um possível terceiro tema prioritário. O Prefeito Luiz Gabriel Silveira ressalta a questão da Defesa Civil. O Presidente ressalta a necessidade de se definir uma clara hierarquia de prioridades

em uma agenda plurianual, lembrando que o Plano Estratégico Regional aprovado em 2010 não hierarquiza as ações propostas pelos diversos grupos temáticos; nesse sentido, a lógica do Plano Plurianual Regional deveria ser de orientar o diálogo com os governos estadual e federal. O Prefeito Paulo Pinheiro pede a palavra e destaca o tema da Saúde, considerando urgente o seu debate no âmbito regional. O Vice Presidente Lauro Michels lembra ainda a contribuição fundamental da política de saúde para a qualidade de vida na região, e o Prefeito Donisete Braga elogia a priorização de temas regionais para a interlocução com as demais esferas de governo. O Presidente sugere a realização de uma Reunião Extraordinária para a apresentação dos pleitos definidos e encaminhados anteriormente através da atuação do GT Saúde, ao governo federal e estadual, e posterior debate sobre os encaminhamentos prioritários para a política regional de saúde nos próximos anos. A sugestão foi aceita por unanimidade, definindo-se o dia 18 de Fevereiro como a data para a realização da referida Reunião Extraordinária, com a presença dos secretários municipais de Saúde e acrescentando-se uma apresentação sobre a utilização de bicicletas na região, para complemento da pauta; lembra ainda que a 36ª Reunião Ordinária deverá debater o amplo anteprojeto voltado à Mobilidade Regional, conforme deliberação do tópico anterior de pauta. Por fim, retomando-se a proposição inicial, o Presidente Luiz Marinho nota ainda que a elaboração do PPA regional deve também considerar a participação dos atores sociais do Grande ABC, sendo a proposição aprovada por unanimidade pelos Prefeitos, cabendo à Secretaria Executiva a apresentação posterior de uma proposta para sua devida organização e elaboração.

ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.- Região do Grande ABC, em 4 de fevereiro de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 35ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 35ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.